

Legislação Referenciada

Primeira República (1910-1926)

Decreto de 30 de Março de 1911 (Ministério do Interior – Direcção-Geral da Instrução Pública): *reforma do ensino primário e infantil*

Decreto de 25 de Agosto de 1911 (Ministério do Interior – Direcção-Geral da Instrução Pública): *programa das escolas infantis*

Decreto nº 3 091, de 17 de Abril de 1917: *reorganização do ensino secundário do Estado*

Decreto nº 5 029, de 5 de Dezembro de 1918 (Secretaria de Estado do Comércio): *organização do ensino industrial e comercial (relatório)*

Decreto nº 5 787-A, de 10 de Maio de 1919 (Diário do Governo nº 98, 18º suplemento): *aprova e manda pôr em execução o regime das escolas primárias superiores*

Decreto nº 5 787-B, de 10 de Maio de 1919 (Diário do Governo nº 98, 18º suplemento): *insere a reorganização do ensino primário infantil*

Decreto nº 7 311, de 15 de Fevereiro de 1921: *aprova os programas do ensino primário geral*

Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1974)

Decreto nº 11 731, de 15 de Junho de 1926: *extingue as Escolas Primárias Superiores a partir de 30 de Junho de 1926*

Decreto nº 12 245, de 2 de Outubro de 1926: *promulga o estatuto da instrução secundária (reforma do ensino liceal)*

Decreto nº 13 056, de 22 de Janeiro de 1927: *normas transitórias para a reorganização do ensino secundário*

Decreto nº 13 619, de 17 de Maio de 1927: *promulga várias disposições sobre o ensino primário geral (primeira reforma do ensino primário iniciada pela ditadura militar)*

Decreto nº 16 077, de 26 de Outubro de 1928: *aprova os programas para o ensino primário elementar e as instruções para a execução dos referidos programas*

Legislação Referenciada

Decreto nº 16 730, de 13 de Abril de 1929: *aprova os novos programas para o ensino primário elementar*

Decreto nº 17 983, de 19 de Fevereiro de 1930: *permite aos professores do ensino oficial constituir associações com o fim de promoverem o estudo e a defesa dos interesses do ensino e em especial o aperfeiçoamento pedagógico do professorado*

Decreto nº 18 235, de 22 de Abril de 1930: *regula o exercício das funções dos reitores e vice-reitores dos liceus*

Decreto nº 18 646, de 19 de Julho de 1930: *institui as escolas do magistério primário, destinadas à preparação do professorado primário, elementar e infantil, em substituição das escolas normais primárias, que ficam extintas*

Decreto nº 18 779, de 26 de Agosto de 1930: *reorganização dos cursos liceais*

Decreto nº 22 369, de 30 de Março de 1933: *reorganização dos serviços de direcção e administração, orientação pedagógica e aperfeiçoamento do ensino, inspecção e serviços disciplinares dependentes da Direcção-Geral do Ensino Primário*

Decreto nº 25 317, de 13 de Maio de 1935: *manda aposentar, reformar ou demitir os empregados, civis ou militares, que tenham revelado ou revelem espírito de oposição aos princípios fundamentais da Constituição Política ou não dêem garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado*

Lei nº 1 941, de 11 de Abril de 1936: *remodelação do Ministério da Instrução Pública*

Decreto nº 26 893, de 15 de Agosto de 1936: *criação da Obra das Mães pela Educação Nacional*

Decreto-lei nº 27 084, de 14 de Outubro de 1936: *promulga a reforma do ensino liceal*

Decreto-lei nº 27 085, de 14 de Outubro de 1936: *aprova, para vigorarem a partir do ano lectivo de 1936/37, os programas das disciplinas do ensino liceal*

Decreto-lei nº 27 279, de 24 de Novembro de 1936: *estabelece as bases em que deve assentar o ensino primário*

Decreto-lei nº 27 301, de 4 de Dezembro de 1936: *aprova o Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa*

Decreto nº 27 603, de 29 de Março de 1937: *aprova os programas do ensino primário elementar*

Decreto nº 27 882, de 21 de Julho de 1937: *regula a elaboração do livro único destinado a cada uma das três classes do ensino primário elementar e a*

Legislação Referenciada

aquisição da respectiva propriedade literária e artística através de concurso público

Decreto nº 28 262, de 8 de Dezembro de 1937: *aprova o Regulamento da Organização Nacional Mocidade Portuguesa Feminina*

Decreto nº 30 316, de 14 de Março de 1940: *autoriza o Ministro da Educação Nacional a nomear, ouvida a Junta Nacional de Educação, uma comissão de pedagogos e de artistas, escolhida de entre os de reconhecido mérito, para a elaboração e ilustração do livro único destinado ao ensino primário elementar*

Decreto-lei nº 35 402, de 27 de Dezembro de 1945: *cria na Vila do Barreiro uma escola do ensino técnico profissional com a designação de Escola Industrial e Comercial Alfredo da Silva*

Decreto-lei nº 36 356, de 18 de Junho de 1947: *aprova os programas das disciplinas do ciclo preparatório nas Escolas Alfredo da Silva e Pedro de Santarém e dos cursos complementares de aprendizagem ministrados na primeira (reforma do ensino técnico profissional, comercial e industrial)*

Decreto-lei nº 36 057, de 17 de Setembro de 1947: *promulga a reforma do ensino liceal*

Decreto-lei nº 36 058, de 17 de Setembro de 1947: *aprova o estatuto do ensino liceal*

Decreto-lei nº 38 968, de 27 de Outubro de 1952: *reforça a obrigatoriedade do ensino primário elementar, reorganiza a assistência escolar, cria os cursos de educação de adultos e promove uma campanha nacional contra o analfabetismo*

Decreto-lei nº 38 969, de 27 de Outubro de 1952: *regula a execução do Decreto-lei nº 38 968, de 27 de Outubro de 1952, que reforça o princípio da obrigatoriedade do ensino primário elementar*

Decreto-lei nº 40 964, de 31 de Dezembro de 1956: *alargamento da escolaridade obrigatória para quatro anos (apenas para os rapazes)*

Decreto-lei nº 42 994, de 28 de Maio de 1960: *alargamento da escolaridade obrigatória para quatro anos, para ambos os sexos*

Decreto-lei nº 45 810, de 9 de Julho de 1964: *alargamento da escolaridade obrigatória para seis anos, a partir do ano lectivo de 1964/65*

Decreto-lei nº 47 311, de 12 de Novembro de 1966: *reformula os estatutos da Mocidade Portuguesa*

Decreto-lei nº 47 430, de 2 de Janeiro de 1967: *criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, fundindo num só o 1º ciclo do ensino liceal e o ciclo preparatório do ensino técnico*

Lei nº 5/73, de 25 de Julho de 1973: *Reforma “Veiga Simão”*

Do 25 de Abril (1974) à Lei de Bases (1986)

Decreto-lei nº 735-A/74, de 21 de Dezembro (Diário do Governo – I Série – 2º Suplemento): *define as estruturas de gestão democrática dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário, em regime experimental, vigorando apenas para o ano escolar de 1974/75*

Decreto-lei nº 270/75, de 30 de Maio: *cria o chamado “serviço cívico estudantil”*

Despacho nº 243/76, de 4 de Agosto (D. R. – II Série): *suspende a disciplina de Ciências Sociais do currículo do Ensino Secundário Unificado e substitui-a pela disciplina de História*

Despacho nº 268/76, de 26 de Agosto (D. R. – II Série): *suspende a Educação Cívica e Politécnica do currículo do Ensino Secundário Unificado*

Decreto-lei nº 769-A/76, de 23 de Outubro: *define as estruturas de gestão democrática dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário*

Decreto-lei nº 491/77, de 23 de Novembro: *cria o “ano propedêutico”*

Despacho nº 90/ME/84, de 8 de Maio (D. R. – II Série): *nomeia uma comissão de estudo do lançamento da disciplina de Educação Cívica*

Depois da Lei de Bases (1986)

Lei 46/86, de 14 de Outubro: *Lei de Bases do Sistema Educativo*

Decreto-lei nº 286/89, de 29 de Agosto: *estabelece a organização curricular dos ensinos básico e secundário (é o chamado Decreto da “reforma curricular”)*

Despacho 155/ME/89, de 29 de Setembro (D. R. – II Série): *cria uma comissão para dinamizar o desenvolvimento curricular da área de Desenvolvimento Pessoal e Social*

Despacho 141/ME/90, de 17 de Agosto (D. R. – II Série): *aprova o modelo de apoio à organização das actividades de complemento curricular*

Legislação Referenciada

Portaria nº 782/90, de 1 de Setembro: *define os limites temporais e demais condições organizativas da reforma curricular*

Despacho 142/ME/90, de 1 de Setembro (D. R. – II Série): *aprova o plano de concretização da área-escola e o seu modelo organizativo, e apresenta sugestões de estrutura da mesma*

Decreto-lei nº 172/91, de 10 de Maio: *estabelece um novo regime de administração e gestão das escolas dos ensinos básico e secundário*

Despacho 65/ME/91, de 17 de Maio (D. R. – II Série): *define a formação de docentes para a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social e Educação Cívica; indica as escolas em que se iniciará a sua leccionação em 1991/92*

Despacho 143/ME/91, de 18 de Setembro (D. R. – II Série): *aprova os programas das disciplinas de Desenvolvimento Pessoal e Social e Educação Cívica*

Despacho nº 4 848/97, de 30 de Julho (D. R. – II Série): *define o modelo de organização de projectos de gestão flexível do currículo*

Decreto-lei nº 115-A/98, de 4 de Maio: *novo regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário, bem como dos respectivos agrupamentos*

Despacho nº 9 590/99, de 14 de Maio (D. R. – II Série): *esclarece e melhor especifica as características e objectivos dos projectos de gestão flexível do currículo*

Decreto-lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro: *reorganização curricular do ensino básico*